

O marxismo hoje

Sergio Lessa

Publicado in Dabat, C.R. e Abreu e Lima, M. S. *História do Pensamento Socialista e Libertário*. UFPE, Recife, 2009.

Bom dia, é um prazer estar aqui com vocês, é uma honra poder participar deste ciclo de debates, deste curso.

O tema que me cabe hoje, o Brasil no debate contemporâneo e as teorias acerca das Classes Sociais, do Marxismo, da Revolução, é certamente um tema muito amplo: nos últimos anos, o tema "Trabalho, Revolução e Classe Social" se tornou um dos que mais vende livros, revistas, palestras, que mais atrai público para congressos. Muitos, também devido ao interesse econômico, acabaram entrando nessa seara. No geral, o que caracteriza essa produção é sua volatilidade: uma grande quantidade de títulos com poucos textos fecundos e com substância científica.

Esta volatilidade é marcada por sucessivas modas intelectuais e, neste suceder-se de modismos, os clássicos foram abandonados. Entre tais clássicos está Marx. Abandonar os clássicos é o mesmo que abandonar o pensamento científico. E, abandonar Marx, significa a perda da radicalidade teórica indispensável para a crítica do mundo em que vivemos. Sem uma concepção de mundo científica e sem uma crítica radical do mundo que vivemos – e, no mundo contemporâneo, uma não pode vir sem a outra já que se trata de um mundo essencialmente alienado – o que resta é a idéia pela idéia, a moda pela moda. Este é um terreno no qual a ciência tem, na melhor das hipóteses, muita dificuldade em sobreviver. Pois bem, o primeiro aspecto a ser considerado quando tratamos o debate contemporâneo é seu caráter superficial, marcados por modismos.

O segundo aspecto a ser considerado é o fato de que, na passagem da década de 1960 para a década de 1970, perde força a concepção de que o Brasil seria um país em larga medida pré-capitalista. Havia algumas variantes desta tese, mas todas elas desembocavam na conclusão de que a Revolução brasileira teria que incorporar algumas tarefas clássicas da burguesia (reforma agrária, democratização das relações sociais, democratização do Estado, defesa da soberania nacional, etc.). Não poderia ser, portanto, uma revolução socialista, mas uma revolução democrático-burguesa, popular-democrática ou algo semelhante. Pois bem, esta concepção perdeu muito de sua força ao o país, na década de 1970, viver um intenso processo de industrialização, evidenciando que as relações capitalistas predominavam amplamente. Não teria mais qualquer sentido caracterizar o Brasil como um país pré-

capitalista nem muito menos postular ter a revolução brasileira uma etapa democrático-burguesa. Não teria mais qualquer sentido buscar na "burguesia nacional" uma aliada contra a "burguesia internacional".

A perda de influência da tese de que o Brasil seria pré-capitalista coincidiu com o surgimento, nos países centrais, de teorias que tinham em comum postular que as classes sociais, em especial o proletariado, teriam se transformado em suas essências e que, portanto, se a revolução ainda estivesse na ordem do dia, seria uma revolução diferente da proposta por Marx. O que estava por trás desta onda teórica eram as transformações geradas pelo desenvolvimento econômico do pós Segunda Guerra Mundial (1939-45) quando a hegemonia estadunidense coincidiu o apogeu do fordismo e do Estado de Bem-estar.

Para o que nos interessa – deixando de lado aspectos importantes do problema – uma das novidades do fordismo é que não só os operários, mas também os trabalhadores de escritório e do comércio passaram por uma reordenação dos seus métodos de trabalho segundo os preceitos do taylorismo. O taylorismo é um método de gerência da mão-de-obra que se baseia na tese de que quanto mais parcelado for o movimento e, portanto, quanto mais mecânica e irrefletida for a ação, mais eficiente e mais lucrativo será o trabalhador.

O taylorismo, que se inicia pelas fábricas, é adaptado para o escritório e o comércio. Os escritórios passam a imitar as linhas de montagem com, por exemplo, filas de máquinas de datilografia nas quais entra o formulário numa ponta para o trabalhador datilografar nome, endereço, etc., passa-se o mesmo para o trabalhador seguinte que datilografa outros dados e para o seguinte que datilografa os índices de uma tabela e assim sucessivamente. Ao final, a sequência de trabalhadores combinados preenche o formulário mais rapidamente do que se cada datilógrafo sozinho preenchesse todo o formulário. Com isso alcança-se uma produtividade inédita e aproxima-se, pelo menos na aparência, o trabalhador do escritório ao operário da linha de montagem. Desde modo estaria desaparecendo a fronteira entre o "trabalho" dos assalariados do comércio, dos serviços, dos bancos, etc. e o trabalho dos operários do campo e da cidade. Some-se a isto o fato de que, nos países capitalistas centrais, o aumento da massa salarial possibilitou que o poder aquisitivo dos operários se elevasse ao padrão da classe média – e uma outra camada de falsa aparência se sobrepõe à anterior. Não apenas as fronteiras do "trabalho", mas também as fronteiras do consumo entre a classe operária e a classe média estariam desaparecendo. A conclusão a que se chega destes dois fatos é que os assalariados não operários e os operários estariam se fundindo em uma só e mesma classe social. Os autores mais importantes nesta vertente são Mallet (1963), Belleville(1963) e Braverman (1991).

Esta aparente fusão dos operários com a totalidade dos assalariados conduz à tese segundo a qual o desenvolvimento do capitalismo pós Segunda-Guerra Mundial estaria superando as classes sociais típicas do capitalismo. Dois grandes campos teóricos acabam surgindo. Um campo vai afirmar que o capitalismo já não é mais o mesmo e que o mundo estaria adentrando em um capitalismo pós-industrial (Daniel Bell é o mais citado neste

contexto). Neste "outro" capitalismo, as classes sociais estariam desaparecendo e, portanto, a Revolução Socialista não teria mais qualquer sentido. Num campo à esquerda, vão surgir vários teóricos importantes, entre eles André Gorz, para os quais a revolução ainda estaria na ordem do dia, mas não a revolução tal como concebida por Marx e que teria na classe operária o seu sujeito. Teríamos que pensar em uma revolução cujo sujeito revolucionário não mais seria o proletariado. (Sobre Gorz, voltaremos a seguir)

Entre nós, ao mesmo tempo em que vamos abandonando a idéia de que o Brasil seria um país pré-capitalista, ganha terreno a concepção de que as classes sociais estariam passando por mudanças substanciais. Aos poucos, vai ganhando corpo a idéia segundo a qual, nesta etapa de desenvolvimento do capitalismo, a contradição essencial do sistema já não mais seria entre a burguesia e o proletariado, com as "classes de transição" (Marx, 1979a) entre elas, mas sim entre o *conjunto dos assalariados*, (os "trabalhadores") e o *conjunto do capital*. No capitalismo contemporâneo, de algum modo (e esse "de algum modo" vai variar de autor para autor), teríamos que a pequena burguesia, os assalariados em geral (trabalhadores do comércio, dos serviços, administradores de baixo e alto escalão, engenheiros, professores, médicos, etc., etc.) e o proletariado rural e urbano estariam se aproximando e compondo uma única classe social. Já não haveria mais qualquer distinção, ao menos qualquer distinção significativa, entre o proletariado e os outros trabalhadores no que diz respeito à contradição com o capital.

Não é mero acaso que estas teorizações acerca da fusão do proletariado com a pequena burguesia ("as classes de transição") começam a entrar no Brasil em um momento em que estamos na pior ditadura militar, em que os movimentos da esquerda armada são derrotados e em que o desenvolvimento industrial acelerado aprofundou o arrocho salarial. Foi nesse momento de dispersão e derrota que o abandono da concepção de ser o Brasil um país semi-capitalista ou pré-capitalista coincidiu com o surgimento de teorias que postulavam o fim do papel revolucionário da classe operária devido à sua dissolução no interior dos demais trabalhadores assalariados.

O que ainda se movia, naquela conjuntura de repressão e ditadura, eram os movimentos sociais. Principalmente nos bairros da periferia de São Paulo e Rio de Janeiro, Belo Horizonte um pouco menos, surgiram movimentos reivindicatórios organizados a partir do local de moradia e não a partir do local de trabalho. A luta proletária tradicional parecia estar dando lugar a uma nova forma de luta que corresponderia a um novo sujeito revolucionário; o proletariado já não mais seria a classe revolucionária e estaria sendo substituída pelos "novos atores sociais"; o local de moradia seria um local tão ou mais importante de luta que as fábricas e os sindicatos. Logo depois, a Revolução Nicaragüense (1978) e o peso político e militar da periferia de Manágua e algumas outras cidades para a tomada final do poder pareciam dar razão a esta tese.

É assim que se abriu um espaço teórico para concepções que afirmavam que novos "atores" revolucionários estariam entrando em ação: as mulheres, o movimento negro, o

movimento indígena, as donas de casa, etc. A concepção de que o sujeito revolucionário é o proletariado ou é abandonada ou, pelo menos, começou a sofrer adições. No seio da própria esquerda vai calar fundo a concepção segundo a qual o capitalismo já não mais seria o mesmo, a classe operária já não seria mais a mesma, o Estado burguês estaria passando por mudanças substanciais e, portanto, aquela concepção de Marx de que o capitalismo seria marcado pelo antagonismo entre o proletariado e a burguesia já não mais seria adequada para entender a complexidade do mundo contemporâneo.

Em 1978, mesmo ano da Revolução Sandinista e das greves no ABC paulista, saiu na França um livro que todos deveriam ler, *Adeus ao Proletariado* de André Gorz. Afirma Gorz que o desenvolvimento econômico fez com que a classe operária fosse absorvida pelo sistema capitalista e, por isso, sua luta se resumiria a obter uma maior participação no mercado de consumo. O que a classe operária almejava, na verdade, seria se transformar em classe média; ou seja, teria abandonado o socialismo por uma proposta reformista de distribuição de renda. Para Gorz, estariam ultrapassados tanto a "velha revolução" como o "velho sujeito revolucionário". No lugar do proletariado estaria entrando em cena um outro sujeito revolucionário composto por pessoas com consciência revolucionária e que se colocam à margem do sistema do capital, em uma relação de autonomia com o mesmo. Será o que ele denomina de "não-classe dos não-produtores". Será nessa esfera de autonomia não dominada pelo capital que teríamos o desenvolvimento do sujeito revolucionário, e, portanto, seria esta a base social da revolução anticapitalista.

Esta tese de Gorz acerca da "não-classe dos não-produtores" é insustentável e ele próprio a abandonou alguns anos depois. Mas a sua concepção de que o proletariado teria deixado de ser o sujeito revolucionário tem uma enorme repercussão.

Já fizemos menção que o livro de Gorz é publicado na França em 1978, mesmo ano em que, no Brasil, eclodem as greves no ABC. Enquanto ganha terreno a tese de que o proletariado estaria sendo substituído pelos novos sujeitos sociais, no Brasil o proletariado entra em cena e altera profundamente a equação a política nacional. Em que pese este fato, a idéia de que a classe operária já não é mais a mesma e que devemos buscar um novo sujeito revolucionário continua tendo força. Mesmo a criação da CUT, do PT, etc. são iniciativas profundamente marcadas por estas novas concepções. Ao contrário do que se poderia esperar, as greves do ABC não serviram para dar nova validade à tese de que o proletariado continua sendo a classe revolucionária por excelência.

O fato de este movimento grevista que se iniciou no ABC se generalizar muito timidamente a todo o país facilitou que, em poucos anos, fosse canalizado para os partidos e sindicatos, ou seja, para as vias "normais" da sociedade burguesa. Tem início, então, o movimento, hoje já completo, de transição da luta de classes, que tem seu foco na produção, para a luta política, que tem seu foco no parlamento. A cada campanha eleitoral e a cada ano, a esfera da política vai predominando cada vez mais. As disputas ao redor da Constituinte de 1988 aceleraram e catalisaram esta transição para o "cretinismo parlamentar", como dizia

Lênin. Com a migração da luta da arena da produção para a mísera arena eleitoral, e já que a campanha eleitoral se faz fundamentalmente nos meios de comunicação voltados à sociedade como um todo, se impõe como dominante a concepção de que o fundamental seria a "sociedade em geral" e, não mais, o proletariado. Na direção da luta política se encontram agora "marqueteiros", que entendem da venda de sabonete mas não de revolução. Mesmo os partidos e organizações de esquerda, exceções a serem anotadas, passam a defender a via eleitoral-parlamentar -- e votar se converte na principal forma de luta política. Votar, vocês sabem, significa abrir mão do nosso direito de fazer história; votar é colocar alguém no parlamento para fazer história em nosso lugar. Deixa-se de lutar contra a exploração do homem pelo homem para lutar por uma inviável democratização do Estado e da sociedade civil.

Voltemos ao cenário nacional dos anos de 1980. A ditadura entra em crise e uma parte muito significativa do movimento revolucionário e do movimento progressista vai apostar todas as fichas no projeto de uma nova constituição, com base na concepção de que se fizermos uma constituição decente, mudamos o país. Apostou-se tudo na ilusão de que uma constituição decente resultaria em um país também decente. A concepção de fundo é aquela parlamentar de que falamos há pouco: podemos arrumar as iniquidades do país alterando apenas as relações políticas, o ordenamento jurídico-político -- sem mexer na produção. Os anos que se seguiram à constituição "cidadã" de 1988 demonstraram à sociedade que não adianta fazer lei, já que tem lei que "pega" e tem lei que "não pega". A lei que "pega" é a que interessa ao capital; "não pega" aquela que não interessa aos senhores do mundo. O que predomina sobre o parlamento são as forças extra-parlamentares que dominam a reprodução social: como vivemos sob a regência do capital, será ele que determinará a política (e, portanto, o Estado e o Direito). (Mészáros, 2002; Paniago, 2000; Tonet, 1999, 2005)

Nos anos de 1980, era lugar corrente a idéia de que o proletariado não mais seria o sujeito revolucionário e que o processo revolucionário seria lento e longo, cotidiano, formado por pequenas transformações políticas no sentido mais burguês e estreito, isto é, no sentido da política eleitoral-parlamentar. E quando, na década de 1990, vier o neoliberalismo (de Collor a Lula), este encontrará as melhores condições para sua implantação. O movimento operário estava em refluxo e o movimento sindical se convertera à plataforma reformista; tudo o que interessa aos sindicatos é "negociar propositivamente" com os patrões. E, por fim, os próprios revolucionários estavam em larga medida enfeitiçados pela ilusão de que se chegaria ao socialismo pela eleição de seus pares. Ao invés de confrontar o neoliberalismo a partir da luta de classes, tanto o movimento sindical quando os revolucionários em larga medida se desarmaram para tal combate ao atrelarem as lutas sociais aos seus objetivos parlamentares.

O núcleo ideológico deste desarme -- isto é fundamental -- é a tese de que o proletariado não mais seria a classe revolucionária por excelência. Sem o proletariado como antagonista ontológico, estrutural, do capital, qual a proposta "revolucionária" "viável"?

Certamente não a revolução proletária contra o Estado, o casamento monogâmico e a propriedade privada, mas sim uma revolução abastardada no seu conceito e no seu programa. A revolução "possível" passa a ser a reforma "possível" do capitalismo hoje "possível" --, e o capitalismo hoje possível é o neoliberal. Lembremos o discurso dos 5 dedos do Fernando Henrique e o quanto ele encantou mesmo alguns setores da esquerda (o Betinho, por exemplo): retirar o Estado da economia para concentrar os gastos no que seria a sua função essencial, ou seja, a saúde, a educação, a segurança, etc. O falso discurso neoliberal acerca da necessidade de se reformar o Estado para que este fosse mais eficiente no atendimento inclusive dos interesses dos trabalhadores não encontrou nenhuma oposição consistente, como ainda cativou vários setores do movimento social e sindical. Imobilizados e cercados, tendo perdido a iniciativa política, os sindicatos aderem ao projeto neoliberal. Lembram-se daquele triste momento em que o Jair Menegheli visitou o Fernando Collor e, em seguida, abrem-se as câmaras setoriais para negociar com a burguesia a demissão dos operários, com o beneplácito dos sindicatos?

Nessa conjuntura, o debate teórico ficou difícilimo para os revolucionários. O fato de os representantes do setor mais combativo da classe operária terem se tornado parceiros do projeto neoliberal (não é à toa que a CUT hoje tem o Ministério do Trabalho na sua mão), é um forte argumento a favor da tese do desaparecimento do operariado enquanto classe revolucionária. Além da alegada aproximação dos processos de trabalho do proletariado e dos assalariados do setor terciário, além da introdução da classe operária dos países capitalistas centrais no mercado consumidor de classe média, temos agora uma identidade política entre os líderes sindicais e os políticos burgueses. Sem a presença cotidiana das lutas operárias ao redor de suas bandeiras históricas, têm-se a impressão de que a classe operária perdeu sua identidade e que, nesta medida e sentido, teria se fundido com o restante dos assalariados.

Não é isso, todavia, o que de fato está acontecendo. Sem qualquer referencial revolucionário (lembremos que esta fase viveu ainda o impacto do desaparecimento da URSS) e com suas lideranças históricas se convertendo em neo-pelegos, à classe operária não restou alternativa senão adotar uma postura defensiva. Deixou de lado o confronto com o capital e adotou a estratégia suicida de cada um lutar individualmente para manter o seu emprego "garantindo", pelo seu esforço e dedicação pessoais, que a "sua" empresa não entrará em crise e que não haverá mais demissões. Ao desempregado, ao invés da luta anticapitalista, resta iludir-se que seu desemprego é resultante de sua desqualificação. Seu "empoderamento" individual resolveria a situação. O problema do desemprego não seria um problema estrutural que dependeria de soluções coletivas, mas sim um problema individual de quem "perdeu o bonde". Ledo engano! Sabemos que a taxa de emprego nada tem a ver com a qualificação da mão-de-obra mas, sim, com as necessidades da reprodução do próprio capital.

A estratégia defensiva hoje predominante nos sindicatos operários os faz parecerem politicamente com os setores da pequena burguesia, com os assalariados de um modo geral. Este fato, por mais grave e mais sério, não altera, todavia, em um átomo sequer as relações de produção oriundas do fundamento do sistema do capital. Este sistema, ainda que tenha convertido em trabalho assalariado quase todas as profissões e atividades humanas, homogeneizando-as no que diz respeito à relação de assalariamento; ainda que tenha universalizado a transformação da força de trabalho em mercadoria pela mediação do trabalho abstrato, pela sua própria essência não pode cancelar o trabalho, o intercâmbio orgânico com a natureza, como sua categoria fundante. E, como diz Marx, "(...) como o homem precisa de um pulmão para respirar, ele precisa de uma 'criação da mão humana' para consumir produtivamente forças da natureza" (Marx, 1985:17). Assim como precisamos de pulmões para respirar, precisamos do trabalho manual para converter a natureza em meios de produção e de subsistência sem os quais não há reprodução social possível – nem mesmo a da sociedade capitalista mais avançada.

Portanto, ainda que sejam assalariados, ainda que freqüentem o mesmo shopping center, ainda que votem nos mesmos políticos burgueses --, nem todos os assalariados cumprem a mesma função social. Isto quer dizer que as conseqüências de seus atos para a reprodução social não são, de modo algum, idênticas. Há aqueles assalariados que, ao transformarem a natureza com seu trabalho manual, produzem os meios de produção e de subsistência que fundam a sociabilidade burguesa. Estes são os proletários. E há aqueles que, por não transformarem a natureza, ainda que gerem mais-valia, não produzem os meios de produção e de subsistência a partir da transformação da natureza. Não exercem, portanto, a atividade fundante da sociabilidade burguesa, tal como fazem os proletários.

É isto que distingue, no fundamental, um professor, um gerente, um arquiteto, um médico, etc., de um proletário. Este produz o "conteúdo material da riqueza social" (Marx, 1983:46) ao transformar a natureza, os outros vivem deste "conteúdo material" já produzido pelo proletariado. É isto o que leva Marx a afirmar que o proletariado, e apenas ele, é aquele que "produz" e "valoriza" o capital (Marx, 1985:188n.70) – os outros assalariados apenas o valorizam, não o produzem. Há ainda, e aqui apenas mencionaremos, os outros assalariados, os improdutivos, que sequer servem para como mediação para a produção de mais-valia, como é o caso dos funcionários públicos, dos setores administrativos das empresas privadas, etc. Eles representam apenas "custos" para a reprodução do capital.

Ser assalariado e ser proletário, portanto, são duas coisas muito distintas quando se trata das relações de produção e da reprodução da sociedade. O fato de o proletariado não exibir momentaneamente uma fisionomia política própria, de ter adotado uma postura estratégica defensiva – repetimos – é algo grave e com sérias conseqüências históricas. É um fato que não deve, nem pode, ser subestimado. Mas concluir deste fato que as relações de produção estão se alterando e que, portanto, o proletariado estaria se fundindo com os assalariados em geral é tomar como determinante, fundante, das classes sociais, não a base

material da sociedade, mas sim a ideologia, para ficar com os termos clássicos de Marx e Engels.

No debate contemporâneo, com uma enorme frequência identifica-se, sem fazer disto qualquer problema, a transformação do mercado de trabalho, a introdução dos terceirizados, dos informais, dos precarizados, etc., com a transformação das relações de produção. É a partir deste equívoco que cita-se as estatísticas de emprego e informalidade, de desemprego e terceirização, para concluir o desaparecimento da distinção entre o proletariado e os demais assalariados, ou até mesmo a extinção do proletariado. E, deste segundo equívoco, passa-se sem problema para a constatação, com aparência de verdade, de que se o proletariado se dissolveu entre os assalariados, -- ou mesmo desapareceu -- temos que encontrar um novo sujeito revolucionário e um novo projeto de revolução para além de Marx.

O resultado disso é que, dentro do próprio marxismo brasileiro passa a predominar a concepção de que a classe operária não mais seria o sujeito revolucionário e que a revolução teria que abandonar suas bandeiras históricas de extinção da propriedade privada, da extinção da exploração do homem pelo homem, etc. Os objetivos estratégicos vão caindo no esquecimento; silencia-se sobre o programa estratégico da revolução. Em seu lugar, às vezes explicitamente, mas na maior parte das vezes sub-repticiamente, é inserida uma outra concepção de revolução que não inclui a ruptura com o sistema do capital. A revolução passa a ser um processo cotidiano que visa uma sociedade "mais justa", "mais humana", "mais ética", com uma melhor distribuição de renda. A superação do capitalismo, a esta altura, sumiu de cena! Distribuição de renda significa manter capital, trabalho, salários -- manter a renda! O espaço de luta fundamental deixa de ser ao redor da reorganização das relações de produção e das formas de propriedade, e passa a ser a esfera política, a assim dita "democratização" do Estado. E a estratégia deixa de ser a revolução proletária, que tem na produção o seu núcleo decisivo, e passa a ser o controle dos altos postos de comando do Estado pela via parlamentar.

São estas as concepções predominantes na esquerda brasileira ao longo dos anos 90 e são elas que dão substrato às propostas condensadas pelo -- se me permitem alguma ironia -- projeto "Lula presidente, Brasil socialista". A concepção de fundo é completamente ingênua: quem domina o governo domina a política, quem domina a política domina o Estado, quem domina o Estado domina a economia e, portanto domina a história. E já que -- continua esta concepção -- não temos mais classe revolucionária, já que a luta pelo comunismo tornou-se anacrônica, o que resta é lutar por um Estado capitalista menos desumano e por uma sociedade que faça uma distribuição de renda um pouco melhor. O horizonte estratégico é rebaixado à economia solidária, ao cooperativismo, à Campanha do Betinho contra a fome, depois o Fome Zero, etc. Neste projeto e nesse horizonte histórico, o proletariado apenas pode entrar como coadjuvante de um processo de reforma da sociedade capitalista: daí a necessidade ideológica de negação do seu papel histórico de sujeito revolucionário.

Retomemos o fio da meada. Vivemos um momento histórico contra-revolucionário marcado pela ausência de lutas operárias ao redor de suas bandeiras históricas, pela vitória esmagadora do capital, pelo neoliberalismo em crise e um por setor de serviços que não pára de crescer ao lado de um proletariado que não pára de diminuir numericamente. Se olharmos superficialmente a realidade, concluiremos que as teses acerca do desaparecimento do proletariado como resultado da mudança do mercado de trabalho e das tecnologias são, de fato, corretas. E, nesse sentido, há não poucas teorizações que parecem muito razoáveis. Todas elas postulam, ainda que nem sempre com o mesmo argumento, que com as novas tecnologias a máquina passa a fazer o trabalho manual e, o operário, o trabalho intelectual. Estaria assim abolida a diferença entre o proletário, o engenheiro, o administrador, o controlador da produção, etc. Estaria havendo uma "imbricação" do trabalho produtivo com o trabalho improdutivo, do trabalho manual com o trabalho intelectual.

Soma-se, assim, um argumento a mais a favor da tese do desaparecimento do proletariado. Primeiro, argumentou-se que o processo de trabalho do proletariado e dos demais assalariados não mais se distinguiriam; depois que a elevação dos salários dos proletários os converteria em consumidores de classe média; em terceiro lugar, que sua evolução política os identificaria à burguesia. Agora, argumenta-se que a assim denominada reestruturação produtiva estaria abolindo a distinção entre trabalho manual e intelectual.

A postulação da fusão do trabalho manual com o intelectual não passa de ilusão. As transformações tecnológicas e do mercado de trabalho em curso são amplas e profundas. Possuem evidentes repercussões sociais, políticas e ideológicas. Todavia, não alteram – e nem poderiam alterar – a essência das relações de produção do sistema do capital: a produção da riqueza social capitalista é fundada pelo trabalho manual do operário que converte a natureza nos meios de produção e de subsistência. Toda a produção de mais-valia depende, direta ou indiretamente, desta transformação – e isso nada mais é que uma outra forma de afirmar a tese de que o intercâmbio orgânico com a natureza é a categoria fundante do mundo dos homens.

O que está acontecendo nas fábricas, hoje em dia, não é o desaparecimento do controle do trabalho intelectual sobre o manual, mas apenas -- e assim mesmo de modo mais excepcional do que geral -- que este controle se apresenta sob novas formas, em parte recaindo sobre o próprio operário. Neste caso, o controle sobre o operário é ainda mais rígido e mais violento, porque, em algumas circunstâncias, ele próprio tem que ser em parte seu próprio controlador. Há uma abundante literatura que mostra como estas novas formas de organização da produção são novas formas da mesma produção capitalista, com um patamar ainda mais intenso de extração da mais-valia. Os estudos empíricos demonstram, primeiro, que a divisão do trabalho manual e intelectual aumentou nos últimos dez ou quinze anos; que a separação do trabalho masculino e feminino não só se manteve, como se ampliou em vários setores; em terceiro lugar, que na reprodução da sociedade continua tendo uma função social específica, fundante da sociabilidade burguesa, o proletariado: é ele que produz o "conteúdo

material da riqueza social" dos nossos dias. (Bernardo, 1977a, 1977b, 1977c, 2000; Brito, 2005; Carvalho, 1987; Druck, 1999; Gorz, 1980, 1980a, 1980b; Gounet, 1999; Hirata, 2002; Kumar, 1997; Tavares, 2004)

A questão, portanto é outra: se a classe operária continua existindo e se as relações de produção capitalistas continuam no essencial as mesmas, como explicar essa acomodação político-ideológica da classe operária ao horizonte burguês?

Não é esta a primeira vez na história que há um enorme descompasso entre a esfera político-ideológica e a inserção na estrutura produtiva de uma dada classe social. A tese de Marx, rigorosamente correta, de que é a reprodução da base material o momento predominante na evolução das esferas ideológicas nos possibilita compreender também este aparente paradoxo. Se considerarmos o movimento revolucionário de 1917 para cá (simplificando quase até a falsidade) podemos dizer que ele foi polarizado por duas grandes propostas: a proposta stalinista representada pela estratégia soviética de transição ao socialismo e, de outro lado, pela social democracia européia. Dois projetos muito diferentes. Contudo, com um fundamento comum: para ambos, a política dominaria a economia, portanto, o domínio do Estado significaria o domínio do capital. Para os dois projetos, a partir do Estado seria possível fazer leis que dominariam o capital até que teríamos a transição para o socialismo. O decisivo, aqui, é a concepção de que seria viável historicamente o controle político sobre o capital.

O projeto bolchevique e o projeto social democrata compartilhavam da concepção segundo a qual, pelo controle dos altos escalões do Estado, controlar-se-ia o capital, que o controle do Estado era a chave para a transição do socialismo. O equívoco está em que quem controla o Estado é o capital, não é o contrário. E não há como ser diferente, porque quem domina o Estado e domina a política é o capital, e não o contrário. O capital, se a história ensina alguma coisa, se destrói, jamais se controla. Enquanto existir o capital ele controlará a reprodução social. Isto é o que Marx descobriu – e Mészáros retomou brilhantemente (Mészáros, 2002). O capital terminou sendo o momento predominante da história soviética, o que determinou o trágico desfecho da volta da Rússia ao capitalismo; e, por outro lado, a social-democracia morreu nas praias do neoliberalismo.

Esta gigantesca derrota histórica dos projetos revolucionários coincide com o desenvolvimento das forças produtivas sob a regência do capital que levou, da crise de 1929 à Segunda Guerra Mundial, desta aos anos do Estado de Bem-Estar (e ditaduras militares no "Terceiro Mundo") e, finalmente, à crise estrutural do sistema do capital a partir de 1970, na precisa caracterização de Mészáros em *Para além do capital*. O que possibilita estarmos vivendo no período contra-revolucionário mais intenso e mais extenso que a humanidade jamais conheceu é esta conjunção da crise dos projetos revolucionários social-democrata e bolchevique com um capitalismo capaz de desenvolver as forças produtivas e potencializar seu caráter destrutivo até o ponto em que, chegado os anos de 1970, aciona os seus limites estruturais absolutos (isto é, sua reprodução requer agora a destruição de seus próprios

pressupostos, o que se expressa mais visivelmente pela intrínseca e insuperável articulação entre o aumento exponencial da capacidade produtiva e um desemprego estrutural crescente).

O conceito de período contra-revolucionário tem causado várias confusões. Aqueles que rebaixam o horizonte da revolução à mera distribuição de renda tendem a conceber que a contra-revolução é caracterizada pela ausência de conflitos e que, portanto, qualquer conflito é sempre revolucionário. Contudo, as coisas não são assim. O capitalismo produz explosões sociais o tempo inteiro, conflitos é um outro nome para o capitalismo. Um período contra-revolucionário não é um período que não conhece explosões sociais, mas aquele em que as explosões sociais não têm possibilidades de romper com a ordem do capital. Vejamos o caso recente da Bolívia. Alguns imaginam que teríamos lá a revolução proletária. O que está acontecendo na Bolívia é importante, longe de mim dizer o contrário, mas não tem a menor possibilidade de se transformar numa revolução socialista. E não é porque os bolivianos queiram ou não queiram, porque está presente ou ausente um partido revolucionário mas porque, na atual conjuntura internacional, o conflito boliviano não irá se generalizar e, dos limites bolivianos, não poderá brotar o socialismo. Chegará, a crise boliviana, no máximo a uma plataforma nacionalista. Não estou dizendo que ele não seja importante, mas entre ser importante e imaginar que ela seja uma revolução socialista, há uma distância enorme.

A presença de explosões sociais não quer dizer que estejamos em um período revolucionário. A questão é: tais explosões têm a possibilidade histórica de romper com o capital e abrir o horizonte socialista? É nesse sentido historicamente preciso que estamos em um enorme período contra-revolucionário, e é no contexto desse período contra-revolucionário que podemos entender como a classe operária continuando sendo classe operária apesar de, momentaneamente, do ponto de vista político, se comportar como se fosse classe média, como se seu antagonismo com o capital houvesse se extinguido. É isto que explica o porquê, do ponto de vista da reprodução da sociedade, uma classe operária que se distingue de todas as outras classes sociais, tal como Marx viu no século XIX, se comporta do ponto de vista político e ideológico como se houvesse se fundido com o restante dos assalariados.

Lembremos que todos os períodos revolucionários foram precedidos de períodos contra-revolucionários. O fato de vivermos um período contra-revolucionário não quer dizer que, primeiro, o proletariado desapareceu enquanto classe; segundo, que o operariado deixou de ser revolucionário; e, terceiro lugar, que esta situação histórica não possa se alterar repentinamente. Todavia, é este caráter contra-revolucionário dos nossos dias que explica esta distância entre a inserção do proletariado na estrutura produtiva, sua função social, de um lado, e sua participação política marcada pelo abandono momentâneo dos ideais revolucionários.

Respondo, agora, para encerrar, à pergunta feita, antes, acerca do casamento monogâmico. Na maior parte da história da humanidade, as relações sexuais entre homem e

mulher só tinham o limite biológico da degenerescência genética. O resto era rigorosamente livre. A sociedade se organizava de tal forma que as crianças eram filhos das mães e os pais eram todos os homens da sociedade, da tribo, da aldeia, etc. É o que Engels chamava "casamento sindiástico". Quando aparece a exploração do homem pelo homem, com a propriedade privada, só então surge o casamento monogâmico.

Como, para a sociedade primitiva, a taxa de fertilidade correspondia ao número de mulheres, é mais importante preservar estas do que os homens. Por isso, elas cumpriam as tarefas menos perigosas; não faziam a caça e, a seguir, também não participavam da guerra. Como o escravo vem pela guerra, desde o início a propriedade privada surge como atributo masculino. Esta é a origem do patriarcalismo, que nada mais é que o poder econômico do homem sobre a mulher; o poder do que o homem *tem* sobre o que a mulher *não tem*. Não é uma relação entre o que homem *é* com o que a mulher *é*; é o poder do *ter* sobre o *ser*, como Marx denunciou nos *Manuscritos de 1844*. Por isso, o casamento monogâmico pode ter uma forma poligâmica. Os haréns e a família mórmon de Salt Lake City mantêm o patriarcalismo e são, formalmente, poligâmias. O antípoda do casamento monogâmico não é a poligamia, mas a livre relação social e afetiva entre todos os seres humanos. A superação do casamento monogâmico implica na superação da propriedade privada, da exploração do homem pelo homem. Implica, portanto, na superação da sociedade que se organiza pela política (isto é, o poder do homem sobre outro homem). Requer, assim, a superação do Estado. Por esta razão, a superação do casamento monogâmico é parte integrante da plataforma comunista.

Termino por aqui e vamos ao debate.

Pergunta (Daniel): Eu tinha anotado uma série de perguntas, mas vou levantar apenas três. A primeira, talvez a mais contundente, é acerca do fracasso da estratégia de origem leninista (não sei como é que você denomina). Até que ponto Marx também não aponta o espaço da disputa política, e caracteriza, inclusive, os espaços reformistas como um processo de acúmulo?

A segunda questão é: na definição de classe social que você levanta, qual é o elemento subjetivo? Marx e também a tradição se referem tanto ao elemento objetivo, mas também aos aspectos que não são materiais, aos aspectos subjetivos, que compõem a definição e a possibilidade de ação enquanto classe. Queria que você aprofundasse isso também.

A terceira: como avaliar este movimento de transformação do próprio capital, que vai levando os trabalhadores improdutivos a serem trabalhadores produtivos, comparando com aquela passagem do *Capítulo VI - Inédito* de Marx que diz que não é importante os professores particulares porque não têm número, historicamente não são relevantes?

Por fim, como você avalia dois autores: Chico de Oliveira e Mészáros? Qual é a contribuição que eles dão ao socialismo hoje.

Resposta:

Vou começar pela estratégia leninista. Primeira questão: definir claramente o que seja a estratégia leninista é um problema. Lênin foi um pensador muito pouco preocupado em ser rigoroso, ele foi um grande dirigente político voltado às questões políticas cotidianas. Nesta resolução ele teve uma grande coerência, mas ele é capaz de afirmar coisas, em alguns momentos, que provavelmente em outros momentos não afirmaria. Por exemplo, aquela sua famosa tese de que o socialismo é igual soviets mais eletrificação é algo que, certamente, em outras circunstâncias, ele mesmo criticaria duramente. O mesmo acerca de sua avaliação do taylorismo. Então, em primeiro lugar, de qual Lênin nós estamos falando? O Lênin de *O que fazer*?, de *O Estado e a Revolução*? O Lênin que, em 1920 e 1921, participa da imposição ao partido de um centralismo que ele próprio contrariou em vários momentos decisivos de sua vida? Portanto, o que é, exatamente, a estratégia leninista? Para piorar, esta é uma questão sobre a qual os leninistas também não concordam. Para Mao, Stalin, Trotsky, Lukács, Gramsci, Mandel, para ficar apenas com algumas figuras internacionais, seus "Lênins" são muito diferentes. Repito: exatamente, o que é a estratégia leninista?

Para simplificar, diria o seguinte: essa concepção, que se tornou dominante a partir da NEP¹, de que pelo controle do Estado se mantém o controle do capital e que, portanto, seria possível impedir que a sociedade soviética involuísse para uma sociedade capitalista mantendo-se um rígido controle dos altos postos de comando estatais -- essa concepção, se ela expressa a estratégia leninista, foi derrotada pela história. O Estado Soviético era estritamente controlado pelo partido bolchevique e, todavia, deu no que deu. Se entendermos por estratégia leninista o controle do capital pelo poder político, esta estratégia foi derrotada. É nesta tese derrotada que se apóia a concepção de Stalin de que basta o desenvolvimento tecnológico para se chegar ao comunismo. Se cada modo de produção organiza gera as tecnologias que lhe são favoráveis, que lhe são adequadas, não há a menor possibilidade de que o simples desenvolvimento tecnológico (que não é idêntico, lembremos, ao desenvolvimento das forças produtivas), promova a passagem de um modo de produção a outro.

Quanto à definição de classe social, certamente há um elemento subjetivo presente. Quando dissemos que a classe operária não comparece na luta política com identidade própria e vota nos partidos reformistas, de classe média, pequeno-burgueses, etc., essa afirmação significa dizer que a classe operária hoje tem uma identidade na reprodução social que não se expressa da mesma forma na sua relação com os processos eleitorais. Percebem o elemento subjetivo? Se pensarmos em 1848, 1850, 1871 há uma luta proletária mais explícita, é mais

¹ Nova Política Econômica é a estratégia adotada pelo PC russo em 1921 de, frente à brutal crise econômica, autorizar o funcionamento de pequenos empreendimentos capitalistas como uma forma de reavivar a produção e o comércio sob controle do "Estado proletário". Vem acompanhada de medidas de incentivo ao trabalho que incluem diferenciações salariais e pela alocação em postos de comando na produção de técnicos e engenheiros formados na velha sociedade czarista.

fácil se dizer qual é a classe revolucionária da classe contra-revolucionária. Olha-se a barricada e os que estão de um lado são revolucionários, os outros são contra-revolucionários. A própria vida cotidiana demonstrava quem era quem. Quando entramos nesse período contra-revolucionário em que vivemos, no qual todos os gatos são pardos, qual é a diferença entre um Suplicy e um Vicentinho? Qual é a diferença entre um Lula e um Stédile? Nesse momento que vivemos, um dos elementos subjetivos na definição da classe é, digamos assim, sua confusão teórico-ideológica. Todavia, este elemento subjetivo, tal como as classes, é um produto histórico e está em desenvolvimento. Por ser um produto histórico, este mesmo elemento subjetivo é determinado pela inserção da classe na estrutura produtiva. Por isso, não há qualquer possibilidade de a burguesia ser contrária à propriedade privada, assim como não há qualquer possibilidade de que o projeto histórico do proletariado venha a ser favorável à propriedade privada, ainda que estas coisas não sejam tão cristalinas na aparência imediata do nosso mundo.

Passando à próxima questão: a hipótese de que o trabalhador produtivo está crescendo e que os trabalhadores improdutivos estão diminuindo deve ser examinada mais atentamente. Se adotarmos a definição de trabalhador produtivo do Braverman, não a do Marx, isto pode sim estar ocorrendo. Braverman postulou que o trabalhador improdutivo era herança das relações pré-capitalistas e, já que o capitalismo penetrou em todos os pólos da sociedade, haveria uma tendência de os trabalhadores improdutivos irem se transformando em trabalhadores produtivos porque paulatinamente inseridos na reprodução do capital.

Marx estava muito distante desta concepção. Para ele, tanto o trabalhador improdutivo quanto trabalhador produtivo são partes integrantes da reprodução do capital. A diferença é que um gera mais-valia e o, outro, não. Partindo de Marx, e não de Braverman, talvez a tese de uma ampliação (e não um decréscimo) do trabalho improdutivo seja a mais correta, ao menos do ponto de vista do número de pessoas ocupadas. Portanto, não é uma constatação inquestionável que o trabalho improdutivo está sendo absorvido pelo trabalho produtivo. Isso é válido para definição do Braverman, mas não para definição do Marx.

Por fim, o *Capítulo VI – Inédito*. O uso que se tem feito do *Capítulo VI – Inédito* é um grave problema. Iniciemos pelo começo: Marx já planejava escrever o que viria a ser *O Capital*, sua obra clássica, quando está terminando de escrever os *Manuscritos de 1844*. Naqueles dias ele procurou um editor com a proposta de publicar uma crítica à economia política, isto é, uma crítica da ciência econômica burguesa clássica. Esse projeto, ele adia, reformula, reelabora, etc. até 1857. Neste ano ele começa a escrever para valer *O Capital*, cujo primeiro volume só vai ficar pronto em 1867, dez anos depois. Nesses dez anos ele escreveu, de manuscritos que sobreviveram, mais de 10 mil páginas impressas, com formulações que ele vai negando, superando, refazendo, reformulando, criando, abandonando, etc. O *Capítulo VI* são cinquenta páginas que sobreviveram de um manuscrito de 400 páginas, que Marx redigiu um pouco antes da primeira versão publicada do volume I de *O Capital*. Nessas cinquenta páginas de rascunho são afirmadas teses que serão, depois,

negadas por ele quando da redação final. Por exemplo, tem uma passagem na qual ele afirma que a burguesia que organiza a produção faz trabalho produtivo. Se ele define trabalho produtivo como aquele que gera mais-valia, claro que a burguesia não pode produzir mais-valia. Isto é um contra-senso, é contradição frontal com as suas formulações acabadas. Todavia, está lá escrito. Colocar o *Capítulo VI* no mesmo patamar de *O Capital*, ou ainda, o que é freqüente, dar-se preferência ao manuscrito que à obra acabada, significa deturpar o pensamento marxiano. Corresponde a pegar etapas distintas de um pensamento que está evoluindo e colocá-las lado a lado, como se fossem equivalentes. Com isto, Marx é convertido, sem qualquer dificuldade, em um autor contraditório, um autor cujas categorias ontológicas principais seriam incongruentes. O que é, nesse particular, uma completa falsidade. Considerado o volume I de *O Capital*, não há qualquer contradição entre as concepções de trabalho, trabalho produtivo, trabalho improdutivo, classe social, etc. Nele, o trabalho como categoria fundante do ser social, o trabalho abstrato como categoria fundante do capital, o trabalho produtivo e improdutivo como modalidades do trabalho abstrato, este conjunto de categorias está rigorosamente articulado. Todavia, se tratamos as etapas de sua evolução como se fossem textos acabados e de igual valor, claro que haverá contradição entre elas. Marx, por este procedimento, se transforma em um pensador incompreensível e sua tese de que o proletariado seria a classe revolucionária por excelência pode a ser facilmente negada. No debate contemporâneo, todas as vezes que se conferiu preferência ao *Capítulo VI- Inédito* contra o texto de *O Capital* foi para negar o proletariado como sujeito revolucionário.

Quanto aos intelectuais que você me perguntou. Segue uma avaliação pessoal dos mesmos, não uma discussão de suas principais contribuições teóricas. Chico de Oliveira é um intelectual respeitado, sério, é uma pessoa honesta, íntegra, não se vende. Tem muitas qualidades, hoje raras e sempre invejáveis. Mas, do ponto de vista teórico, o que é que Chico tem para dizer para gente? Outro dia ele estava dizendo em um programa de entrevista que numa sociedade assimétrica como a nossa, a política é a única chance de diminuir as assimetrias. O que é que ele está propondo? A sua concepção de um modo de produção social democrata, qual de fato a sua capacidade para explicar nosso mundo? É uma figura íntegra. Mas, fora deste exemplo pessoal hoje mais do que nunca necessário, não acredito que tenha muito a contribuir quando se trata de pensar a superação do capital.

Mészáros é um intelectual ímpar. Ele recupera, com exemplar radicalidade, a tese de Marx de que o capital se destrói e não se controla politicamente. A tese de que temos que destruir o capital ao invés de controlá-lo politicamente, e que destruir o capital significa reordenar a produção da sociedade e não, de modo algum, "democratizar" o Estado, isto ele demonstra com muitos e variados argumentos. O livro *Para além do capital* assim como *Socialismo ou a barbárie* são textos fundamentais. Depois da *Ontologia* de Lukács, *Para além do capital* é o livro mais importante da segunda metade do século XX.

Pergunta: É uma satisfação muito grande ouvir o professor Sérgio, haja vista a grande desconfiança, descrédito que o discurso revolucionário vem tendo, principalmente aqui na UFPE. O professor traz essa discussão, o que é muito animador, principalmente por colocar o proletariado como agente fundamental da revolução. Eu acredito que a revolução não pode ser vista apenas sob o foco da luta armada, porque vai desde a questão ideológica até a preparação militar, mas isso não quer dizer que a gente coloca a questão militar no segundo plano. Acredito que a revolução só pode ser pensada de um ponto de vista que trate tanto da questão ideológica quanto da questão da organização militar e que esse é o único caminho para superar essa onda revisionista que se abateu sobre o marxismo. Nesse sentido, eu pediria ao professor que ele fizesse uma análise da situação da esquerda brasileira, tendo em vista os principais agentes, que seriam o PSOL e o PSTU.

Pergunta: Meu nome é Luciano e minha apresentação é meio suspeita porque eu sou metalúrgico e do sindicato, e sou militante do PCB. Para avaliar essa complexa situação que vivemos, é necessário que façamos referência ao processo de ascensão do movimento operário do final da década de 70. A pergunta é: fomos vítimas de uma armadilha histórica pela qual a classe operária deixou de ser revolucionária para ser massa de manobra de continuação de um projeto da classe dominante, mas sob a bandeira vermelha da classe dos trabalhadores?

Pergunta: Meu nome é Paula, eu sou doutoranda em comunicação. E, para puxar para o meu lado, eu gostaria que o professor fizesse um comentário sobre a questão dos trabalhadores de mídia, como é que fica a mídia nessa conjuntura que o professor colocou? Ao mesmo tempo em que é um braço do capital, produz mais-valia, portanto, me parece ser trabalho produtivo, mas, também, faz um trabalho ideológico fortíssimo. E, ainda, se você puder explicar um pouco a sua tese da importância da esfera econômica para uma via revolucionária.

Resposta: Gostaria de dizer que, como dirigente político, sou péssimo. Eu erro todas, e quando acerto é por acaso. Nessa área eu sou uma tragédia ambulante. Isto posto, vou à resposta da primeira pergunta. O projeto do PSOL tem duas falhas graves: primeiro, eles assumem que o grande problema do projeto do PT não é sua concepção de fundo, é um problema de traição da direção. Se Heloisa Helena estivesse na direção, a história seria outra... Esse fim melancólico do PT (pode ser que o PT sobreviva, mas nunca mais vai ser o mesmo PT) é a consequência inevitável do seu projeto. Eu não tenho nenhuma dúvida que o problema da construção de um novo partido, para os petistas, passa em primeiro lugar por uma crítica profunda das suas concepções ao longo desses anos. Tal concepção tinha pretensões revolucionárias e acharam que elegendo Lula significaria transformar o Brasil. Vocês lembram que quando o Lula toma posse, meio choroso ele diz “vou dedicar o meu mandato aos que tombaram na luta e promete que todos os brasileiros vão ter ao menos três

refeições quentes por dia”; que o José Dirceu toma posse dizendo honrar os camaradas mortos, etc.

Fizeram o que fizeram.

A questão é: já que a grande maioria da direção e da base dos que hoje formam o PSOL foram auxiliares de primeira linha na eleição do Lula e na elaboração do projeto petista, devem eles nos explicar com foi possível terem se enganado de tal forma. Quais as suas concepções teórico-políticas que se demonstraram tão frágeis a tal ponto de terem sido enganados como o foram pela "camarilha" petista? Como foi possível tamanho equívoco: apoiarem como progressista e popular um governo que nada mais seria, desde o seu primeiro dia, que a continuação do neo-liberalismo que os hoje no PSOL diziam combater? E, já que tais esclarecimentos e tais autocríticas nunca foram, nem serão, feitos, por que devemos acreditar que com o governo da Heloísa Helena será diferente? Se não formos capaz de entender que a derrota do PT não é uma mera questão de traição de indivíduos, mas uma questão que diz respeito ao projeto político petista na sua essência, repetiremos os mesmos equívocos.

Em segundo lugar, remontar o PT a partir de alguns postos parlamentares, Babá, Luciana, Heloísa Helena, etc. resultará em um mero partido parlamentarista dominado por aquilo que Lênin denominava de "cretinismo parlamentar". Qual é a próxima tarefa? Lançar Heloísa Helena presidente. E a outra tarefa? Lançar deputados e senadores para fortalecer a candidatura de Heloísa Helena à presidente na eleição presidencial seguinte... não vai sair disso. Além desta questão fundamental, tem uma outra questão também importante, que é a questão da posição política de Heloísa Helena. A sua relação com a oligarquia alagoana é mais do que suspeita. Eu vi, com estes olhos que a terra há de comer, material que saiu da gráfica do Collor, a Grafitex, para campanha da Heloísa Helena no passado. Em outra oportunidade, Heloísa Helena fez uma passeata em Alagoas dizendo “cristãos somos nós, comunistas são eles” – o PC do B, então, apoiava Ronaldo Lessa. Heloísa Helena não participa de uma invasão de uma fazenda há muitos anos, seu discurso sobre a reforma agrária não poderia ser mais legalista. O discurso dela deixou de ser “o problema de Alagoas tem nome, latifúndio; e tem solução, reforma agrária”, e foi substituído por uma fórmula paternalista-adocicada do estilo “resgataremos o estado de Alagoas com o seu povo honrado, bravo, etc.”

Eu não tenho nenhuma dúvida que o PSOL não é saída.

O PSTU tem enormes virtudes: não teve a menor dúvida em ser contra a ALCA, fez duras críticas ao PT embora apoiasse o Lula no segundo turno, não vai apoiar o MERCOSUL, tem uma posição muito clara em relação ao não pagamento da dívida externa. Ele tem méritos nessa conjuntura que a gente vive. Isso me faz muito próximo ao PSTU. Todavia, avalio que têm uma concepção de história conspirativa e enxergam ‘o fazer revolução’ de forma voluntarista. A tese deles é “as condições objetivas estão dadas, faltam condições subjetivas”.

O que são as condições subjetivas? É o partido. O que é montar o partido? É montar o núcleo revolucionário. Devido à esta concepção, me parece que a possibilidade de intervirem na conjuntura e congregarem as forças anticapitalistas é reduzida, porque ou você é um trotskista e tem a mesma concepção de partido e luta política, ou então, no máximo, você vai ficar às vezes mais próximo e às vezes mais distante. Não há possibilidade de eles superarem tais problemas, no curto prazo.

Quanto à questão do Luciano: fomos vítimas de uma armadilha histórica na transição da ditadura para a Nova República? Não creio. A idéia de que naquele momento era fácil a organização e que, de 1976 em diante a burguesia investe na organização da CUT e do PT, não é verdadeira. Quem viveu aqueles momentos sabe que os camaradas que faziam a organização das greves dentro das fábricas, o faziam na mais restrita clandestinidade e quando eram descobertos eram perseguidos implacavelmente. No movimento popular, a barra era muito menos pesada, mas não quer dizer que houvesse facilidade de organização. Não houve conspiração mas sim, por parte da liderança que formou o PT e depois da burocracia sindical que vai se estruturando ao redor da CUT, uma opção clara por um projeto contra-revolucionário

No interior da CUT e do PT, no início havia posições políticas que defendiam claramente a centralidade do proletariado, a necessidade de um partido revolucionário, que pregavam a revolução e não a reforma. Essas forças foram sendo marginalizadas, sendo expulsas. Isso foi uma opção e houve traidores e teremos que cobrar isso mais cedo ou mais tarde para recuperarmos nossos vínculos com a história. Mas não foi algo pensado pela burguesia. Lembremos que, naquela conjuntura, o PCB foi contrário às greves de 1978-81. Não foi só, a esquerda que apoiou a greve que errou, eu diria que a esquerda que não apoiou a greve também errou. Se formos à procura de equívocos, vamos encontrá-los em muitos lugares, mas isso não significa que houve uma "artimanha" da burguesia para derrotar o proletariado naquela transição política utilizando a CUT e o PT.

Paula, com relação aos trabalhadores da mídia, eu conheço muito pouco esta área. Minha impressão é que esses trabalhadores são típicos trabalhadores de classe média, chamados de "classe de transição", que, dependendo da forma da crise, dependendo de como se der o debate ideológico, eles vão se alinhando com a defesa da propriedade privada ou com o projeto revolucionário. Eles não têm um projeto histórico próprio de classe. Não me parece que haja um grande um processo de proletarização nesse setor. Eu posso estar enganado, repito, pois é um setor que eu não estudo.

Pergunta: Bom dia, sou do curso de Ciências Sociais aqui da universidade. Eu queria que você comentasse duas questões: primeiro, é a respeito do ataque que Marx recebe fundamentalmente da vaga pós-moderna. Eu queria que você fundamentalmente discutisse essa idéia da pós-modernidade de que a categoria de classe social hoje não serve mais para

nada, ela não explica nada. Eu queria que você discutisse a noção de classe já que você mantém a idéia do sujeito histórico revolucionário como sendo o proletariado. Eu queria lhe questionar no sentido de que me parece que a revolução tecnológica vai fazer com que o número de todo proletariado inevitavelmente decresça e que aumentem o lumpem proletariado, os desempregados, etc.

Pergunta: Eu sou Isabel, faço Comunicação Social. Queria que você falasse um pouquinho sobre a política. Qual o papel da política frente a tudo o que você demonstrou, será que a gente se mobilizando em torno de um partido ou de um candidato, não está se afastando da revolução, será que não é uma forma de retardar esta revolução? E eu queria que você falasse sobre a “Crítica Radical”, não sei se você conhece, que o grande expoente é a ex-prefeita de Fortaleza, Luíza Fontenele.

Pergunta: Meu nome é Rafael, sou do curso de História. Em que consiste o método? É possível apreender a realidade, hoje?

Pergunta: (Socorro) Se você pudesse alinhar um pouco, você disse que tem duas obras fundamentais na segunda metade do século XX, que é *Ontologia do Ser Social*, de Lukács, e *Para Além do Capital*, de Mészáros, em cima do qual você teceu alguns comentários. Então, se você pudesse pegar um pouquinho a questão do Lukács, o que é que ele coloca de tão fundamental?

Resposta: Maurício, a discussão com a pós-modernidade, com o pensamento pós-moderno é literalmente uma discussão sem pé nem cabeça. Se não existe mais a totalidade, se tudo é efêmero, então o que é a história? Eles não podem dizer nada acerca desse questão decisiva. Se disserem “o mundo é...”, estarão falando da totalidade. Percebe que é um discurso que derrota a si próprio? A única coisa que podem dizer é que “o mundo não é mais”, e aí quando se pergunta, “o que é o mundo?” suas respostas não passam de um constrangedor silêncio. Não é demais dizer que o pós-modernismo é o correspondente filosófico do neo-liberalismo. Enquanto vertente de pensamento, de investigação, o pós-modernismo se esgotou, ele não é capaz, sequer, de reproduzir a si próprio. Do ponto de vista do ataque pós-moderno a Marx, eu diria que é um ataque frágil que teve uma importância momentânea grande, que fez muito barulho, mas que não vai subsistir à História e que sequer conseguiu constituir uma alternativa ao marxismo. Nesse particular, eles são ainda mais frágeis do que o último Habermas.

Próximo ponto: o proletariado acabou? O desenvolvimento das forças produtivas, desde que a humanidade é humanidade, significa que gastaremos menos tempo em transformar a natureza nos meios de produção e meios de subsistência. No modo de produção capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas é de tal ordem que é preciso de menos de vinte por cento da força de trabalho transformando a natureza para produzir essa abundância em que já vivemos. Quanto mais se desenvolvem as forças produtivas menos

indivíduos serão necessários na transformação da natureza. Essa tendência à diminuição dos trabalhadores manuais, daqueles trabalhadores que transformam a natureza, é uma tendência histórica que existe desde que a humanidade é humanidade. Isto é o significado histórico do desenvolvimento das forças produtivas.

Todavia, não é o número de indivíduos de uma classe que faz uma classe revolucionária. Quando a burguesia era revolucionária, no século XVII-XVIII, estava longe de ser a maior parte da população. Se considerarem a classe operária na Rússia, não dava nem dez por cento do total da população da Rússia em 1917. O que faz uma classe revolucionária é, primeiro, a sua capacidade de ser portadora de uma nova forma de propriedade, de uma nova forma de produção. Sua capacidade de ser portadora da destruição do velho e de construção do novo. Em segundo lugar, o fato dela ocupar o nódulo central da reprodução da sociedade. O fato de ser numericamente pequena não aumenta nem diminui a capacidade revolucionária de uma classe. O que faz uma classe ser potencialmente revolucionária é a qualidade da sua inserção na reprodução da sociedade. A evidente diminuição do número de proletários não é a questão que decidirá se o proletariado é uma classe revolucionária ou não.

Isabela, o que é política? A política é o exercício do poder do homem sobre o homem. Ela surge com a sociedade de classe, com a propriedade privada, pela exploração do homem pelo homem, e, portanto, a política tem que ser superada na sociedade comunista. A política não tem lugar no comunismo. O comunismo é uma forma de organização social radicalmente nova que não tem nada a ver com a sociedade de classe. É uma forma de organização fundada na colaboração e, não, na concorrência. Isso significa que, no comunismo não tem Estado e não tem política.

Todavia, hoje, em uma sociedade de classe, ou utilizaremos o poder da classe operária e dos seus aliados para destruir o poder da burguesia; ou seja, ou aplicaremos revolucionariamente o poder do homem sobre o homem, ou então não há revolução possível. Portanto, a política tem hoje um papel central para os revolucionários. A destruição do capital, a destruição da sociedade capitalista é uma tarefa política. Se não aplicarmos a força do proletariado e dos seus aliados contra a força da burguesia, não tem revolução possível, o capitalismo não será destruído, o capital não será destruído. Uma vez destruído o capital, todavia, tem início a construção da sociedade comunista, na qual não pode haver poder do homem sobre o homem, nem exploração do homem pelo homem; é um outro modo de produção. A política tem uma enorme limitação histórica: desaparecendo a sociedade de classe, ela deve desaparecer junto com a propriedade privada.

Hoje, contudo, a política se resumiu quase que à política eleitoral. Esta redução certamente está nos afastando da revolução. Entrar neste engodo de que a única forma de fazer política é fazer política eleitoral é aceitar os limites burgueses. Eu não sou, *a priori*, a favor ou contra participar de eleição. Tem circunstâncias em que participar de eleição é algo

necessário; em outras circunstâncias é um enorme atraso, é a gente deixar de fazer o principal para fazer o secundário. Mas esta é uma questão de tática, não é uma questão de princípio.

Quanto ao método, segundo Lukács (da *Ontologia*, não o Lukács de *História e Consciência de Classe*), Marx e Mészáros, ele não é a garantia da verdade. O método não substitui a investigação. O método não pode ser deduzido de pressupostos teóricos porque a partir de um pressuposto não se pode organizar o real. Se há um método em Marx, ele significa dar prioridade ao objeto no processo de investigação. Isto que eu estou dizendo é uma enorme simplificação, há mil problemas envolvidos, mas se eu pudesse dizer para vocês de uma forma muito condensada o que é o método, eu diria que, para Marx, o método é conceder prioridade ao objeto, fazer com que o objeto conduza a investigação e não deduzir o real a partir de um pressuposto teórico qualquer.

Quanto à pergunta da Socorro: o que Marx fez de tão genial? Marx é o primeiro a dizer que a história é feita pelos homens. Nós somos os responsáveis pela história humana. O nosso agir cotidiano se sintetiza (lembra a síntese dialética?) em tendências históricas universais que compõem a história. A essência dos homens é o conjunto das relações sociais que os homens criaram e desenvolveram ao longo dos tempos. Os homens são os únicos construtores da sua própria história, os únicos limites da história humana. Se nós somos o que nós somos hoje, é porque nós nos fizemos assim. Se nós, coletivamente, decidirmos que seremos diferentes, nós seremos diferentes; não há nenhum limite à história dos homens senão os seres humanos.

A grande descoberta do Marx foi a de que os únicos responsáveis pela história humana e, portanto, o único limite à história dos homens, são os próprios homens e, portanto, que a revolução é possível. Se ela vai acontecer ou não, é um outro problema, vai depender do que nós fizermos na história. Não tem nada que empurre, ou impeça, a história para a revolução: o que vai determinar para onde vai a história é o comportamento dos homens na vida cotidiana. Nós somos os demiurgos de nossa história.

O grande mérito do Lukács e de Mészáros (que foi aluno do Lukács na Hungria) é resgatar, na sua radicalidade, essa postura de Marx. O indivíduo faz a história participando da história na vida cotidiana. Como é que o indivíduo faz a história? Pela mediação dos grupos sociais, das classes sociais, da ideologia, da produção, de toda a reprodução social, enfim.

Lukács reafirma a tese de Marx de que os homens fazem a história e, portanto, a revolução é possível. Mészáros avança em relação ao seu mestre ao colocar a questão do porquê a revolução não deu certo até agora. Aponta ele duas razões fundamentais: primeiro, porque o capital entra na sua crise estrutural apenas a partir de 1970, em todas as outras crises anteriores o capital pôde as reverter em seu favor e fez com que as iniciativas revolucionárias entrassem em marcha ré. A partir de 1970 as coisas mudam. Entramos em um período de

crise estrutural e irreversível do capital. Essa é a primeira idéia nova que ele traz para o debate.

A segunda idéia: os projetos revolucionários também foram derrotados porque eles embarcaram na tese, que não é de Marx, é da social-democracia alemã fundamentalmente, de que seria possível controlar o capital pela mediação política, pela mediação do Estado e que, portanto, tomado o poder do Estado, estaria aberta a transição para o socialismo. Mészáros postula o oposto: se a reprodução do capital se mantiver, mais cedo ou mais tarde qualquer "Estado revolucionário" se adequará à esta base material capitalista. Pode demorar décadas, como aconteceu na União Soviética, ou pode ser um processo muito mais rápido, como aconteceu na Nicarágua. A alternativa, segundo Mészáros é a quebra do capital pela destruição do trabalho abstrato. Retirar da reprodução da sociedade, como categoria fundante, o tempo do trabalho socialmente necessário e colocar em seu lugar, como categoria econômica central, o tempo disponível. Teremos, então, a livre associação dos produtores associados a partir da reorganização de toda a base material da sociedade. A partir daí o Estado não terá mais sentido. Só tem cabimento você tomar o poder político se for para alterar na sua essência a reprodução material da sociedade. Tomar o poder político para não alterar a reprodução da base material, ou seja, para não acabar com a propriedade privada, não adianta rigorosamente nada. Significa apenas que o capital terá a seu dispor um novo serviço no aparelho estatal. O que Lukács e Mészáros têm de fundamental são essas duas concepções. Primeiro, a revolução é possível, depende das opções que fizermos hoje e no futuro. A segunda é que de nada adianta o mero ato político de tomar o poder se não for o ato revolucionário de subverter a forma como a sociedade se reproduz por inteiro, inclusive e principalmente, na sua base material.

Lukács e Mészáros cumprem esses dois papéis fundamentais; tem outros muito importantes, mas eles trazem à tona de uma forma muito feliz, a concepção revolucionária do "velho" Marx. E esta dimensão é fundamental para pensarmos o mundo contemporâneo.

Em relação à Crítica Radical. Eu tenho um contato afetivo muito bom com eles; eu já fui várias vezes na sede deles em Fortaleza, são combativos para diabo, têm idéias criativas. Contudo, eu discordo do fundamental da sua teoria, daquela idéia de que o trabalho está sendo superado e que, para se chegar ao comunismo há que se superar o trabalho. Eles são muito sérios, combativos, não foram ganhos por esta burguesia, a Luíza teve no poder e saiu sem nenhum apego, não pegou dinheiro, não roubou, pelo contrário. Eles têm méritos, mas teoricamente acho que estão equivocados.

Bom, só para as considerações finais, eu queria dizer para vocês que aprendemos lendo, não escutando. Aprendemos, mesmo, quando estudamos, o que significa pegar uma obra fundamental, sentar na cadeira e ler com calma. Isto é tudo. Não há processo de estudo que supere o estudo individual. Vocês deveriam pensar seriamente em montar grupos de

estudo que fossem a reunião de pessoas que estão estudando individualmente e, não, pessoas que vêm estudar coletivamente.

Segundo lugar: estudar o quê? Temos que voltar a Marx. Não há nenhum comentador de Marx, e aqui estou incluindo Lukács e Mészáros, que substitua o original. Se vocês querem conhecer a proposta revolucionária de Marx, vocês têm que conhecer Marx. Depois, os bons comentadores ajudam, -- mas, o fundamental, é estudar Marx.

Eu queria terminar com esta exortação. Foi genial o curso que vocês fizeram, uma honra eu estar aqui. Continuem com este esforço, peguem o velho Marx e persigam atrás de suas lições.

Bibliografia

- Braverman, H. (1981) *Trabalho e capital monopolista*. Zahar ed., Rio de Janeiro.
- Belleville, P. (1963) *Une Nouvelle Classe Ouvrière*. Rene Julliard, Paris.
- Mallet, S. (1963) *La nouvelle classe ouvrière*, Éditions du Seuil, Paris.
- Bernardo, J. (2000) *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. Boitempo, S. Paulo.
- Bernardo, J. (vol I 1997a, vol 2 1997b, vol 3.1977c) *Marx contra Marx*. Ed. Afrontamento, Porto.
- Braga, R. (2003) *A nostalgia do fordismo*. Ed. Xamã, S. Paulo.
- Carvalho, R. (1987) de Q. *Tecnologia e Trabalho Industrial*. L.P&M, Porto Alegre.
- Gorz, A. (1980). (org) *Crítica da Divisão do Trabalho*. Martins Fontes, São Paulo.
- Gorz, A. (1980a) "Técnica, técnicos e lutas de classe". In Gorz, A. (org) *Crítica da Divisão do Trabalho*. Martins Fontes, São Paulo.
- Gorz, A. (1980b) "O despotismo de fábrica e suas consequências". In Gorz, A. (org) *Crítica da Divisão do Trabalho*. Martins Fontes, São Paulo.
- Gorz, A. (1987) *Adeus ao proletariado – para além do socialismo*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- Gounet, T. (1999) *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. Boitempo, São Paulo.
- Hirata, H. (2002) *Nova divisão social do trabalho?* Boitempo, São Paulo.
- Marx, K. (1979a) *O 18 brumário de Louis Bonaparte*. Ed. Sociais/São Paulo, .
- Mészáros, I. (2002) *Para além do capital*, Boitempo, São Paulo.
- Tavares, M. (2004) A. *Os fios. (in) visíveis da produção capitalista*, Cortez Ed. , São Paulo.
- Tonet, I. (1999) *Liberdade ou democracia?*. Edufal, Maceió.
- Tonet, I. (2002) *A questão do socialismo*. HDD Livros, Curitiba.
- Tonet, I. (2005) *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ed. Unijuí, Ijuí.